



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DE CONVÊNIOS**

ANÁLISE DOS CONVÊNIOS FEDERAIS

BALANÇO DO ANO - 2018

PORTO ALEGRE, 07 DE JANEIRO DE 2019



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DE CONVÊNIOS

CONVÊNIOS FEDERAIS - BALANÇO DO ANO - 2018

A coordenação do processo de captação dos recursos referentes à peça orçamentária federal, envolvendo desde a identificação dos recursos de interesse do Estado, a evolução da execução dos convênios celebrados entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Governo Federal, até a conclusão dos instrumentos firmados, compõe as ações desenvolvidas pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão no final do exercício de 2018. Essa atuação integra a estratégia de monitoramento intitulada Sistema Estadual de Gestão de Convênios, oriunda do Decreto Estadual nº. 52.579/2015, que sistematiza o processo de captação de recursos federais decorrentes de **transferências voluntárias da União**, inclusive os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inicialmente desenvolvida pela Secretaria-Geral de Governo (SGG) de janeiro de 2015 a janeiro de 2017. Com a fusão da SGG com a Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, a ação passou a ser coordenada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).

O desenvolvimento da ação de monitoramento das transferências voluntárias, por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, chegou ao conhecimento do Tribunal de Contas da União. Essa Corte conferiu, em 2016, o **reconhecimento nacional de boas práticas de gestão** ao Governo do Estado, por meio do Acórdão AC-2598-40/16-P do Ministro Raimundo Carreiro. O referido Acórdão consiste em um instrumento norteador para a captação de recursos de transferências voluntárias, bem como para sua plena execução. Ao longo do documento, reitera como diferencial ao Rio Grande do Sul, no que tange ao acompanhamento de convênios federais, a instalação do *Departamento de Monitoramento de Convênios (DMC)*, com o objetivo de melhorar o acompanhamento de cada órgão e convênio, identificando problemas e antecipando medidas a serem adotadas para a plena execução dos recursos disponíveis. Ressalta, o seu importante papel de apoio direto ao Governador ao realizar a articulação e o monitoramento de ações estratégicas oriundas do *Sistema Estadual de Gestão de Convênios*, fundamentado no Decreto Estadual nº. 52.579, de 30 de setembro de 2015. Além disso, reconhece como relevante a instituição de indicadores para mensurar a eficiência financeira e auxiliar na melhoria da execução de convênios: Índice de Ingresso de Recurso Federal; Índice de Execução Financeira dos Convênios e Índice de Devolução do Recurso Federal, assim como a elaboração de relatórios periódicos e as reuniões de acompanhamento com a Caixa Econômica Federal.

No ano de 2017, novamente, por meio do Acórdão AC-2598/2017, o TCU referenda o *reconhecimento nacional de boas práticas de gestão* certificado no ano anterior e recomenda, ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a permanência e promoção da estratégia de monitoramento dos convênios que vem sendo realizada por seu Departamento de Monitoramento de Convênios (DMC), aprimorando metodologias e o uso de ferramentas e indicadores de eficiência financeira e de mensuração da execução física das transferências voluntárias, bem como redobrando esforços de modo a agir tempestivamente para assegurar o eficiente uso dos recursos públicos e, mais ainda, promover o bem comum.

A seguir a apresentação dos dados que contemplam a identificação dos recursos de interesse do Estado, propostas apresentadas, recursos captados, resultados alcançados com os indicadores monitorados, além de exemplos de efetividade de recursos de transferências voluntárias captados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DE CONVÊNIOS

I - Identificação dos Recursos de Interesse do Estado

No ano de 2018, foram cadastradas 15 propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) do Governo Federal, objetivando captar R\$ 6,8 milhões, das quais foram aprovadas 11 propostas, totalizando um montante de recursos captados de R\$ 6,0 milhões.

Tabela 1 - Relação de Propostas Cadastradas no SICONV

Órgão	Proposta	Objeto	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Mês aprovação
UERGS	026958/2018	Aquisição de equipamentos a fim de apoiar os cursos de graduação, oportunizando a melhoria da infraestrutura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, no município de Santa Cruz do Sul , proporcionada pela aplicação de recursos provenientes da emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União 2018, nº 32980006- Heitor Schuch.	102.040,82	100.000,00	2.040,82	21/05/2018
UERGS	027245/2018	Reforma do Campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs, no município em Cachoeira do Sul , proporcionada pela aplicação do recurso proveniente da emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União de 2018 nº 36610020, através do Programa Temático Educação de Qualidade para Todos, ação de Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais, no âmbito do MEC/FNDE. Henrique Fontana	255.102,04	250.000,00	5.102,04	05/07/2018
UERGS	027654/2018	Aquisição de equipamentos a fim de apoiar os cursos de graduação, oportunizando a melhoria da infraestrutura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, nos municípios de Soledade e Três Passos , proporcionada pela aplicação de recursos provenientes da emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União 2018, nº 28670005. Marcon.	204.081,63	200.000,00	4.081,63	06/07/2018
UERGS	028336/2018	Aquisição de material de consumo , a fim de apoiar as atividades práticas de ensino e pesquisa da Universidade, oportunizando a manutenção dos cursos de Licenciatura e melhoria da infraestrutura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, proporcionada pela aplicação de recursos provenientes da emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União 2017, nº 19830001, em conformidade com o Programa Temático Educação de Qualidade para Todos, ação de Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais, no âmbito do MEC/FNDE. Maria do Rosário	102.040,82	100.000,00	2.040,82	20/06/2018
UERGS	028663/2018	Aquisição de acervo bibliográfico a fim de apoiar os cursos de graduação, oportunizando a melhoria da infraestrutura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, em suas 24 unidades de ensino, proporcionada pela aplicação de recursos provenientes da emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União 2018, nº 28650005, em conformidade com o Programa Temático Educação de Qualidade para Todos, ação de Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais, no âmbito do MEC/FNDE. José Stedile	102.040,82	100.000,00	2.040,82	16/04/2018
SDR	035961/2018	Fortalecimento da cadeia produtiva do arroz da agricultura familiar do litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul.	255.102,04	250.000,00	5.102,04	

Continua



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DE CONVÊNIOS

Órgão	Proposta	Objeto	Valor Global	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Mês aprovação
SEDUC	037062/2018	Implantação de modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e lazer para escolas do Rio Grande do Sul	663.333,33	413.333,33	250.000,00	18/04/2018
SDSTJDH	043389/2018	Implementação, Manutenção e Custeio das Unidades Móveis de Enfrentamento à violência contra as Mulheres.	105.780,00	103.706,00	2.074,00	
SDR	054014/2018	Promoção de encontros de lideranças de Comunidades Quilombolas para aperfeiçoamento da interlocução com as Políticas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul	126.000,00	123.480,00	2.520,00	
SSP	61224/2018	Implementar o Projeto Papo de Resposta por meio do aparelhamento do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente - DECA	510.187,00	499.983,26	10.203,74	04/12/2018
SSP	61223/2018	Aparelhar os órgãos especializados da Polícia Civil do Rio Grande do Sul – Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (DENARC) e Delegacias Especializadas em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas (DEFREC) com armamento menos letal.	111.000,00	108.780,00	2.220,00	04/12/2018
FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO	61772/2018	Aquisição e colocação de piso especial para a Sala de Oficina	278.572,14	222.857,14	55.715,00	29/11/2018
FGTAS	61635/2018	Realização do Ciclo de Feiras do Artesanato Sul-Brasileiro	125.820,26	100.000,00	25.820,26	28/11/2018
SDSTJDH	62229/2018	Implementação, Manutenção e Custeio das Unidades Móveis de Enfrentamento à violência contra as Mulheres.	281.200,00	279.200,00	2.000,00	
SDR	63101/2018	Aquisição de equipamentos visando fortalecer o processo de compras da agricultura familiar através de apoio na estruturação logística dos municípios executores do PAA no Rio Grande do Sul	3.570.000,00	3.498.600,00	71.400,00	07/12/2018
TOTAL GERAL			6.792.300,90	6.349.939,73	442.361,17	
TOTAL GERAL - PROPOSTAS APROVADAS			6.024.218,86	5.593.553,73	430.665,13	

Cabe ressaltar que o Governo Federal realizou o contingenciamento de recursos, na peça orçamentária federal, acarretando redução na disponibilização de programas para a captação de recursos pelos entes federados.

II - Execução dos Convênios Federais

Ao final do ano de 2018, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), por meio do Departamento de Monitoramento de Convênios (DMC), finaliza o exercício com o acompanhamento de 364 convênios firmados com o Governo Federal, dos 450 existentes no mesmo período de 2017. A diminuição de 86 instrumentos se deve à conclusão dos mesmos (prestações de contas aprovadas, rescisões e/ou anulação).

Os instrumentos vigentes contabilizam, aproximadamente, R\$ 4,3 bilhões. O Eixo de Infraestrutura e Ambiente persiste como destaque, tanto no volume de instrumentos quanto de recursos financeiros, em virtude da Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DE CONVÊNIOS

Tabela 2 - Resumo dos Convênios Federais por Eixo

Eixo	Nº de convênios	Valor Global (R\$)	Valor Repasse (R\$)	Valor Contrapartida (R\$)	Índice de Ingresso de Recurso Federal (%)	Índice de Execução Financeira dos Convênios (%)
ECONÔMICO	79	789.814.847	654.116.990	135.697.857	49,92	69,41
GOVERNANÇA E GESTÃO	6	315.905.001	315.785.000	120.001	24,48	84,53
INFRAESTRUTURA E AMBIENTE	136	2.439.061.711	2.281.796.200	157.265.511	20,82	99,15
SOCIAL	143	730.008.433	646.401.986	83.606.446	63,41	55,73
TOTAL GERAL	364	4.274.789.992	3.898.100.177	376.689.816	33,06	78,35

Nota: O Índice de Execução Financeira refere-se aos pagamentos efetuados frente aos recursos recebidos acrescido da contrapartida e rendimentos depositados.

Fonte: SICONV, FPE e órgãos. Atualizado em 02/01/2019. Mês de referência DEZEMBRO

A SPGG permanece atuando, continuamente, na mensuração da execução dos instrumentos celebrados através dos indicadores de eficiência financeira dos recursos, respectivamente: **Índice de Ingresso de Recurso Federal** (Valor Recebido do Governo Federal/Valor de Repasse Previsto); **Índice de Execução Financeira dos Convênios** (Pagamentos registrados no Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)/Valor Recebido do Governo Federal + Contrapartida Depositada FPE + Valor Rendimento - Recursos Federais Devolvidos). O objetivo é melhorar o acompanhamento de cada órgão e convênio, identificando problemas e antecipando medidas a serem adotadas para a plena execução dos recursos disponíveis nas secretarias e suas vinculadas convenientes.

Em se tratando da execução dos 364 convênios vigentes têm-se, ao final do ano de 2018, um Índice de Ingresso de Recurso Federal acumulado de 33,06% (Gráfico 1), enquanto o Índice de Execução Financeira dos Convênios contabiliza 78,35% (Gráfico 2).

Gráfico 1 - Índice de Ingresso dos Recursos Federais (Convênios)



Fonte: DMC/SEPLAG



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DE CONVÊNIOS

Se comparados os Índices de Ingressos de Recursos Federais em 2017/2016 e 2018/2017 observam-se acréscimos de 0,48 e 0,47%, respectivamente na remessa de recursos pelo Governo Federal.

De outro lado, houve uma redução na execução financeira, em torno de 6,99%, em virtude da conclusão final dos instrumentos, com a aprovação das prestações de contas. No entanto, o Estado do Rio Grande do Sul continua mantendo uma elevada execução nessas transferências voluntárias recebidas da União, com média superior a 80% do montante de recursos aportados tanto de origem federal quanto de contrapartida estadual.

A seguir, o Gráfico 2 apresenta o comportamento da execução financeira dos convênios federais dos anos de 2016 a 2018. Ressalta-se que os dados utilizados nos índices são extraídos do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV), Portal da Transparência (Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União) e do Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE).

Gráfico 2 - Índice de Execução Financeira dos Convênios Federais



Fonte: DMC/SEPLAG

No entanto, a redução no Índice de Execução Financeira ocorreu em face da conclusão de 30 instrumentos da CORSAN, que tiveram suas prestações de contas analisadas e aprovadas pela Caixa Federal, totalizando R\$ 144,4 milhões.

O Índice de Devolução do Recurso Federal, que evidencia os valores devolvidos frente aos recebidos das transferências voluntárias da União, busca manter mapeado o montante de devolução de recursos recebidos pelos órgãos. O primeiro resultado total apurado foi em março/2016 (3,32%), englobando os valores devolvidos a partir de 01 de janeiro de 2015, finalizando em dezembro de 2018 com 8,04%. Todos os recursos devolvidos envolveram instrumentos celebrados anteriormente a gestão 2015-2018. Um dos principais obstáculos que contribuíram para as devoluções foram projetos deficientemente estruturados, com entraves para a plena execução, como o de Construção de Cisternas, celebrado pela Casa Civil, o qual tinha



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DE CONVÊNIOS

por objeto beneficiar famílias de baixa renda residentes em áreas rurais dos municípios que tiveram decretada a situação de emergência em função da seca, através da construção de cisternas de ferrocimento, mediante repasse dos valores a municípios. Essa espécie de pactuação constatou-se prejudicial ao Estado, visto que permaneceu como o conveniente responsável perante o Governo Federal, aportando substanciais valores de contrapartida. O insucesso ocorreu em virtude da execução finalística ter sido definida para diversas administrações municipais, bem como o órgão conveniente estadual, celebrante do convênio, não possuir competência institucional para tanto.

III - Efetividade da Aplicação dos Recursos Captados de Transferências Voluntárias da União

Como exemplos da efetividade da execução de políticas públicas, por meio de transferências voluntárias da União Federal, em 2018, o Governo Estadual por intermédio das Secretarias de Estado da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI) e do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) realizou a entrega de diversos produtos a prefeituras municipais e agricultores familiares.

Em 26 de março de 2018, o Ministério do Desenvolvimento Social e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR) entregaram 40 caminhões com baú plataforma seca, além de aproximadamente 6.000 máquinas e equipamentos (câmaras refrigeradas, balanças, empilhadeiras, etc.) para **modernização de centrais de recebimento e distribuição de produtos da agricultura familiar**. Essa entrega beneficiou agricultores familiares de 40 municípios, das mais diversas regiões do Estado. O convênio perfaz um total de R\$ 8 milhões, sendo R\$ 7,8 milhões de repasse federal e R\$ 160 mil de contrapartida.



Nota: SDR - Contrato de Repasse nº 813545/2014

Em 04 de junho de 2018, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI) entregou, através do **Programa Federal Patrulha Agrícola Mecanizada**, diversas máquinas e equipamentos para 336 municípios gaúchos, contemplados no Contrato de Repasse nº 850469/2017. As máquinas e equipamentos perfazem um total de R\$ 72,2 milhões, sendo R\$ 69,5 milhões de origem federal e R\$ 2,7 milhões de contrapartida estadual.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DE CONVÊNIOS**



Nota: SEAPI - Contrato de Repasse nº 850469/2017

Além disso, cabe lembrar também da nova casa da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, sediada no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul Fernando Ferrari que, através do convênio firmado, da ordem de R\$ 492 mil, entre a Fundação Orquestra Sinfônicos de Porto Alegre (FOSPA) e o Ministério da Cultura, receberá novos instrumentos e equipamentos diversos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DE CONVÊNIOS**

Equipe do Departamento de Monitoramento de Convênios - SEPLAG

Alba Conceição Marquez dos Santos - Diretora

Gerson Pérciles Tavares Doyll - Diretor Adjunto

Gabriela Denise Ubal Nunes – Analista Jurídica

Magda Maciel Bueno - Assessora Técnica

Martha Heberle - Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão

Róger Coimbra Gonçalves - Assessor Técnico

Rose Mari Minho dos Santos - Analista Administradora

Jéssica Araújo de Andrades - Secretária

Site - <http://www.spgg.rs.gov.br/departamento-de-monitoramento-de-convenios>

E-mail: convenios-federais@spgg.rs.gov.br

Fone: (51) 3288.6730